

FENÔMENO AGRÁRIO E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

SEBASTIÃO DE OLIVEIRA CASTRO FILHO*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

1. Introdução

Os jornais e as revistas de grande circulação e, principalmente, a televisão, estão a mostrar, diariamente, que milhões de pessoas, em todas as partes da terra, estão a clamar por alimentos. O mundo todo, deveras, está com fome. Por isso, cada vez mais, produzir é uma exigência impostergável. E no afã de atender a essa desesperada demanda, matas inteiras têm sido destruídas, lagos e rios contaminados, áreas quilométricas, de terras outrora férteis foram arrasadas, com a aplicação de agrotóxicos. Tudo em nome do progresso e à quisa de saciar a fome da humanidade.

Não se pode, entretanto, ainda que para satisfazer a justas exigências, descurar-se de buscar a harmonização da necessidade de produzir com a obrigação de preservar, de não poluir. Se, de um lado, a vida e o bem-estar dos homens dependem da produção, de outro, não prescindem da preservação. Logo, essa harmonização, embora difícil, terá que ser perseguida a qualquer custo.

O Brasil, talvez em vista de sua privilegiada extensão territorial, aliada à bênção de contar com milhões de hectares de terras altamente férteis e com uma invejável bacia hidrográfica, há muitos anos vem-se despreocupando com a preservação ambiental¹.

Inúmeras são as agressões estúpidas e criminosas ao ecossistema, sem que seus habitantes se apercebam que cada árvore irracionalmente sacrificada, cada palmo de terra mal utilizado e qualquer

¹ O potencial hidrográfico do planeta é, de certo modo, ilusório. Em que pese a vastíssima extensão de águas de que se reveste o globo terrestre, apenas 8% (oito por cento) são constituídos de água doce, situando-se 1% (um por cento) deste total no Brasil.



manancial, por menor que seja, poluído, poderá representar a escavação da cova em que se sepultará a qualidade de vida das gerações futuras.

Ultimamente, a maior advertência tem chegado de fora. Vem principalmente daqueles que, outrora contemplados com recursos naturais, senão iguais, pelo menos assemelhados aos nossos, não se precaveram, tempestivamente e, em nome do progresso - ou na ânsia de crescer - destruíram de forma irresponsável o melhor de que lhes dotara a Natureza. Não obstante se tenham alçado, sob alguns aspectos, à invejável condição de "países de primeiro mundo", hoje dependem de nações pouco desenvolvidas, cujas matas, como a nossa "Flora Amazônica", passaram a representar o "pulmão do mundo".

2. Conservacionismo e ecologismo

A questão ambiental, porém, não é recente. Graves problemas já podiam ser detectados no século XIX. Há relatos da época, que falam sobre poluição e insalubridade em fábricas e bairros operários. Até mesmo entre os socialistas predominava a crença nas possibilidades do industrialismo, sem qualquer preocupação com os limites naturais.

A radicalização do impacto destrutivo do homem sobre a natureza, porém, provocada pelo desenvolvimento do industrialismo, inspirou, especialmente ao longo do século XX, uma série de iniciativas. A mais antiga delas é o conservacionismo, traduzido na luta pela proteção do ambiente natural ou de partes e aspectos dele contra as pressões perniciosas das sociedades humanas.

No Brasil, o movimento conservacionista foi razoavelmente implantado. Já em 1934 realizava-se no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, que acabou por inspirar, três anos mais tarde, a criação do primeiro parque nacional brasileiro, na região de Itatiaia, naquele Estado.

A par dos grupos conservacionistas, surgia, mais tarde, um outro segmento do movimento ecológico: o grupo dos ecologistas. Nem sempre é possível estabelecer-se entre eles uma linha divisória, pois, não raro, fundem-se em lutas que têm por meta objetivos comuns. O ecologismo, todavia, apesar de mais recente, tem peso político cada vez maior.

Vertente do movimento ecológico que propõe mudanças globais nas estruturas sociais, econômicas e culturais, o grupo dos ecologistas nasceu da percepção de que a atual crise ecológica é consequência direta de um modelo de civilização insustentável".² Assim, embora seja também conservacionista, o ecologismo caracteriza-se por defender não só a sobrevivência da espécie humana, como, também, a construção de formas sociais e culturais que garantam essa sobrevivência.

O primeiro grande marco dessa tendência foi a realização em Estocolmo, em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que oficializou o surgimento da preocupação ecológica internacional. Do encontro surgiram relatórios, entre outros, sobre esgotamento das reservas minerais e aumento da população, que alcançaram grande impacto na opinião pública, nos meios acadêmicos e nas agências governamentais.

Vinte anos depois, em meio a um cenário preocupantemente alterado, cento e setenta e oito países participavam da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada, por razões óbvias, no Rio de Janeiro: a famosa **Eco-92**. Em que pese tenham os resultados ficado muito aquém das expectativas dos ecologistas, foi mais um passo importante na ampliação da consciência ecológica mundial,

² É o tipo de sociedade que se desenvolveu com a industrialização capitalista que, para alguns, é suicida, uma vez que destrói as próprias bases de sua reprodução: a natureza e o homem. Com efeito, o principal compromisso desse tipo de sociedade, ao que tudo indica, não é com a reprodução da vida, mas com a produção e reprodução do capital. Ao contrário, nas sociedades predominantemente agrárias, há uma exigência de se respeitar o homem e a Natureza. A própria terra, após seis anos de semeadura, segundo a Bíblia, devia gozar de um ano de descanso (Levítico, 25, 3).

com a aprovação de documentos de alto significado para a conservação da Natureza, como a Convenção da Biodiversidade e do Clima, a Declaração de Princípios das Florestas e a Agenda 21.

De todos esses documentos, a Agenda 21, provavelmente, seja o mais polêmico, vez que tenta unir ecologia e progresso, num ambicioso modelo de desenvolvimento sustentável, isto é, compatível com a capacidade de sustentação do crescimento econômico sem exaustão dos recursos naturais. Não obstante, prega a união de todos os países em busca da melhoria global da qualidade de vida.

3. O sensato exercício da atividade agrária

Não se pode negar tenha sido o século XX um período de grandes realizações, principalmente no plano material. É, deveras, difícil mensurar a produção do engenho humano, mormente na área da eletrônica, com impressionante repercussão no campo da cibernética. E o que dizer das conquistas do último milênio? Por maiores que fossem os poderes paranormais de qualquer mortal (e aí se poderia incluir a genialidade de Júlio Verne), ninguém poderia, há mil anos, imaginar que pudéssemos chegar ao ano dois mil e um experimentando este espantoso estágio de desenvolvimento.

Não obstante, a humanidade continua envolta em sérios problemas, alguns atuais, outros que são aguardados para um futuro não muito distante. Principalmente no que concerne à alimentação. São questões que, desde há muito, estão a exigir atenções e providências imediatas, antes que seja excessivamente tarde.³

³ No início do século XIX e após haver Thomas Malthus chamado a atenção para o conflito entre as populações em expansão e a capacidade da Terra de fornecer alimento, aumentou significativamente o interesse pela dinâmica das populações. Depois, Raymond Pearl (1920), A. J. Lotka (1925) e Vito Volterra (1926) desenvolveram as bases matemáticas para o estudo das populações, o que levou a experiências sobre a interação de predadores e presas, as relações competitivas entre espécies e o controle populacional (Nova Enciclopédia Barsa, vol. 5, p. 280).



É de se ter presente que a população brasileira, em particular, e a mundial, em geral, deveras, estão crescendo assustadoramente. Em consequência, a cada dia que passa, aumenta o número de pessoas com necessidades básicas a serem supridas. E o que mais preocupa é que a satisfação dessas necessidades é sempre buscada nas mesmas fontes primárias, muitas delas em risco de serem exauridas. Daí a imprescindibilidade de se formar, com urgência, entre os seres inteligentes que povoam a Terra, uma *consciência ecológica*, uma mentalidade que entenda, verdadeiramente, a gravidade do momento que estamos vivendo.⁴

É, de fato, inadiável que compreendamos a importância vital da conservação dos recursos naturais renováveis, uma das pedras angulares em que se fundamentam as preocupações e as metas do Direito Agrário.⁵

A propósito, é oportuna a observação de *Getúlio Targino Lima*:

... a preservação dos recursos naturais renováveis não pode deixar de ser vista como elemento de seu objeto, mesmo porque os fatos jurídicos que emergem da relação das

⁴ Sempre que se fala em ecologia, é comum associar-se o tema a meio ambiente. "É claro - dizem Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva - que a preservação do meio ambiente é uma grande preocupação dos ecologistas, mas a ecologia não se limita ao ambientalismo.

Ecologia é a ciência que estuda as relações de intercâmbio e transformação de energia entre os seres vivos, engloba a relação de todas as coisas existentes entre si e com tudo o que existe. Nesse sentido, a ecologia não se restringe ao campo da biologia, mas se estende por vários ramos do conhecimento, principalmente ao da economia e da política. Aliás, 'ecologia' e 'economia' vêm igualmente da palavra grega **oikos**, que significa casa. A ecologia é o estudo da casa (ou economia doméstica), de como os seres vivos se relacionam entre si e com a sua casa, o planeta terra. Da mesma forma que uma dona-de-casa administra os bens escassos (o minguado salário do marido), ou seja, faz 'economia', os seres humanos precisam conviver em harmonia entre si e com o ambiente que também é escasso e limitado. Nós, seres humanos, não estamos fora da natureza, somos parte dela. Cada agressão que causamos à natureza também nos atinge... (Conversando sobre ética e sociedade. Petrópolis - Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997, p. 83/84).

⁵ Existem, basicamente, três tipos de recursos naturais: os **renováveis**, como os animais e vegetais, os **não renováveis**, como os minerais e os fósseis e os **recursos livres**, como o ar, a água, a luz solar e outros elementos que existem em grande abundância. O movimento ecológico reconhece os recursos naturais como a base da sobrevivência das espécies e defende as garantias de reprodução dos recursos renováveis e de preservação das reservas de recursos não renováveis.



*peças frente às atividades agrárias constituem o objeto global deste ramo do Direito, do qual, pelos conceitos mais atuais, não se pode apartar o respeito à natureza, como necessidade essencial à sobrevivência humana e animal*⁶

A relevância do fenômeno agrário, aos poucos, felizmente, vai conquistando o reconhecimento de importantes parcelas da sociedade, com a formação, ainda que lenta e gradual, da consciência ecológica de que há pouco falávamos. Pena que isso ocorra um tanto tardiamente, quando a humanidade já paga elevado preço por seus desatinos.

*Os recursos naturais renováveis - reconhece Ismael Marinho Falcão - bens que a Natureza colocou à disposição do ser humano e, de resto, de todos os animais viventes sobre a face da Terra, ganharam maior atenção do mundo inteiro depois que as matas nativas foram sendo dizimadas, os ciclos chuvosos foram sendo alterados, as situações climáticas de modo geral alteraram-se e o homem começou a divisar um prejuízo irreparável pela frente, porquanto é da terra, principalmente, que o homem tira o seu sustento, daí a importância da preservação do meio ambiente para que se tenha a garantia de alimentação aos habitantes do globo*⁷

4. Progredir sem deixar exaurir.

Na estrutura agrária, segundo *Pereira Braga*, destacam-se três elementos fundamentais: o *natural* (recursos naturais renováveis), o *humano* (fator do processo produtivo) e o *nexo funcional* (ação conjunta homem-natureza), que se expressa no trabalho e na técnica. Dos três resulta a *produção*, objetivo da atividade agrária.⁸

Realmente, o objetivo primeiro da atividade agrária deve ser a produção. Porém, não se pode, em nome do fator produção, sacrificar, inseqüentemente, suas fontes naturais. Produzir mais é exigência da atualidade e indeclinável imposição do futuro. E, para isso, não há como se dispensar as técnicas da modernidade, mas não se pode perder de vista a necessidade de usá-las de forma racional, minimamente agressiva.

⁶ - Getúlio Targino Lima. A posse agrária sobre bem imóvel. São Paulo: Saraiva, 1992.

⁷ - Ismael Marinho Falcão. Direito agrário brasileiro. Bauru - São Paulo: EDIPRO, 1995, p. 319.

⁸ - José dos Santos Pereira Braga. Ob. cit., p. 25.



É necessário, como o recomenda o saudoso Mestre *Paulo Torminn Borges*, que o homem "... *faça a terra produzir como mãe dadivosa e fértil, mas sem a exaurir, sem a esgotar, porque as gerações futuras também querem tê-la produtiva*".⁹

Com efeito, foi a terra dotada de tantas propriedades para que dela o homem - filho dileto do mesmo Ente Supremo que a criou - pudesse retirar seu próprio sustento, mas, sem sacrifício do sustento de outras criaturas. Ademais, ao lado do uso racional, sensato do solo, não se pode, também, permitir reste improdutiva a terra fértil, o que seria um crime contra a própria humanidade.

Nosso vigente Código Civil, em seu art. 524, assegura ao proprietário o direito de "usar, gozar e dispor de seus bens". Outrora, usar como não usar era irrelevante. Ambas as formas equivaliam a um dos modos de dispor da coisa. Quem era dono podia usar, podia não usar e até abusar, utilizando a coisa como o quisesse, inclusive de forma predatória. Hoje, graças a uma nova consciência calcada nos princípios agro-ecológicos, felizmente, a mentalidade está se modificando. Em se tratando de terras, o não uso tipifica o mau uso da propriedade, o qual quase se iguala ao seu uso predatório, contra os quais há consequências mais ou menos graves.

5. Crise ecológica

O problema é, realmente, grave, mas não só no solo. A questão ecológica é séria na terra, no ar e no mar. O administrativista espanhol *Ramón Martín Mateo*, depois de tecer longas considerações sobre a urgente necessidade de se proteger as águas continentais, diz que, também, os oceanos estão sendo contaminados. A seguir, fala sobre a contaminação atmosférica, questão igualmente das mais preocupantes.

⁹ - Paulo Torminn Borges. Ob. cit., p. 9.



Reproduzindo conclusões da Conferência de Toronto de 1988, diz que:

La Humanidad está llevando a cabo un experimento incontrolado de trascendencia universal cuyas últimas consecuencias solo podrían ser precedidas por las de una guerra nuclear global. La atmósfera de la tierra está siendo modificada con un ritmo sin precedentes por contaminantes resultantes de actividades humanas, usos ineficientes y despilfarradores de combustibles fósiles, y los efectos de rápidos incrementos de la población en muchas regiones. Estos cambios representan una grave amenaza para la seguridad internacional y han producido ya dañosas consecuencias para muchas partes del Globo.

E acrescenta.

*"Es, pues, urgente que a través del Derecho, se vehiculicen con energía acciones que corrijan desde sus orígenes estas indeseables perturbaciones."*¹⁰

Com efeito, sem qualquer intenção catastrófica, não se pode ignorar o perigo. É ele visível, perceptível a olho nu. Está, realmente, na terra, no ar e no mar. Abstração feita às desastrosas e abomináveis experiências nucleares, não são poucos os produtos industriais hoje utilizados que estão destruindo perigosamente a camada de ozônio, poluindo os ambientes, devastando florestas e contaminando as águas. Entre esses produtos estão os defensivos agrícolas, largamente usados no combate às pragas das lavouras.¹¹

O combate às pragas - não se discute - é indispensável para assegurar boas colheitas. Todavia, pode acarretar efeitos negativos quando realizado com emprego inadequado de defensivos. Entre as piores conseqüências de natureza ecológica, enumeram-se a agressão ao meio

¹⁰ - Ramón Martín Mateo. Manual de Derecho Ambiental. Madrid: Editorial 1995, p. 249/250.

¹¹ - O problema das pragas agrícolas é praticamente tão antigo quanto a própria humanidade. Aproximadamente 7.000 anos antes de Cristo já se procedia à seleção de sementes de plantas mais resistentes às pragas. Os profetas do Antigo Testamento mencionam nuvens de gafanhotos que destruíam lavouras inteiras, como a que se abateu sobre as margens do Nilo, no século XIII a.C.



ambiente, a contaminação de alimentos, os prejuízos à saúde de quem os manipula e a imunização progressiva dos seres vivos que se pretende eliminar, o que acaba por exigir o emprego de drogas cada vez mais potentes e em quantidades sempre maiores. Urge que se busquem meios naturais de combate às pragas, muitas delas hoje em franca proliferação, exatamente porque, no uso irracional desses defensivos, acaba-se por eliminar, também, seus predadores naturais.

É sumamente necessário, portanto, que, sobre tudo isso, se ampliem os raios da conscientização, para uma indispensável e rápida educação ambiental, sem a qual a aplicação da lei, com suas sanções, pouco valerá, porque estar-se-á combatendo os efeitos sem se cuidar de evitar as causas.

Sem dúvida - ressalta Giselda Maria Fernandes N. Hironaka - a educação é primordial; aplicar a lei e sua sanção àquele que, eventualmente, sequer se dava conta de que seu comportamento era lesivo, nos parece injusto.¹²

Com efeito, só quem não conhece a realidade das populações do setentrão brasileiro é capaz de ignorar que a maioria das infrações cometidas contra o meio ambiente é praticada por falta de conhecimento das leis e, o que é mais grave, por desconhecer as conseqüências de tais práticas em futuro não muito distante.

Por isso, defende a culta professora da USP e do Curso de Mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás, recém citada:

... o ensino ambiental ou a educação ecológica, no nosso entender, deveria ser obrigatório nas escolas de 1º e 2º graus, especialmente na escola rural, nas escolas de nível profissionalizante, voltadas ao setor primário, nas escolas de nível superior que oferecem a formação de profissionais de alguma forma ligadas a esta área, mais, especificamente, nas faculdades de Agronomia, Direito, Sociologia, Economia,

¹² - Giselda Maria Fernandes Novaes Hiromaka. Atividade Agrária e proteção ambiental: simbiose possível. São Paulo: Cultural Paulista, 1997, p. 109.



*Administração, Pedagogia, etc...., e, ainda, por meio de cursos de extensão, à altura da compreensão do rurícola, e que visem exatamente a sua instrução e melhor capacitação para o desenvolvimento laboral agrário, bem como a divulgação das novas técnicas da criação e/ou cultivo, que congreguem meios adequados a uma produção sã e eficiente, com meios endereçados à proteção da natureza.*¹³

É de se reconhecer já a existência, na televisão e no rádio, de programas com tais propósitos, mas em número muito reduzido. Assim como na legislação eleitoral, em que já há a obrigatoriedade da reserva de tempo para a propaganda política, não cremos exagero pensar em algo assemelhado para a divulgação de orientações básicas de respeito e defesa do meio ambiente.

6. Conclusão

Em resumo, as preocupações são procedentes e requerem urgente tomada de providências, não só dos governantes, mas, de todos nós. Aliás, até a escolha do Rio de Janeiro para a realização da Eco-92 parece ter sido a propósito. Tem-se a impressão que, com aquela exposição, no Brasil, pretendeu-se, antes de mais nada, soltar um brado de advertência que, sobre poder ecoar em todo o mundo, teve por principal objetivo gritar aos ouvidos do povo brasileiro, alertando-o sobre sua grande responsabilidade na conservação do que resta de suas riquezas naturais. Quiseram deixar bem claro, principalmente no que concerne às florestas, que, embora nossas, são consideradas "patrimônio da humanidade".

De certo modo, com isso, até mesmo a soberania nacional fica sob ameaça. Não se coloca fora de cogitação, inclusive, uma possível tentativa de controle da Amazônia por potências estrangeiras, a pretexto de proteger a humanidade. Não seria, desarrazoado, então, desejar que elas, que não souberam preservar o que tinham, agora, para não prejudicar o progresso daqueles que ainda não cresceram o bastante,

¹³ - Idem, idem.



conveniassem a conservação desses valores naturais, que, de fato, interessam a todo o Mundo, mediante a destinação, por empréstimo ou por doação, de recursos financeiros a países como o Brasil. A providência poderia propiciar melhores condições à vigilância interna sem prejuízo da busca do denominado "desenvolvimento sustentado", a par, quem sabe, de facilitar a utilização do ferramental que já nos põe à disposição o Direito Agrário, para o qual preservar e conservar formam a nobre categoria das chamadas "atividades agrárias vinculadas", cujo exercício se defronta, cada vez mais, com o grande desafio: produzir com um mínimo de destruição, sob pena de exaurir. Tudo isso, entretanto, insiste-se, só será possível conseguir-se com a formação de uma consciência ecológica, que possa transformar-se em verdadeira cultura de proteção à Natureza, sem a qual, em algum tempo, a espécie humana, assim como já ocorreu com outras espécies animais, será, apenas, mais uma referência histórica na longa existência deste belo planeta azul chamado **Terra**.